



QUALIS
A2



NUTRICÍDIO ENTRE O POVO KARAJÁ DO NORTE (KARAJÁ XAMBIOÁ): COLONIALIDADE ALIMENTAR, GENOCÍDIO CULTURAL ALIMENTAR E REPERCUSSÕES NO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO INDÍGENA¹

NUTRICIDE AMONG THE NORTHERN KARAJÁ PEOPLE (KARAJÁ XAMBIOÁ): FOOD COLONIALITY, FOOD-RELATED CULTURAL GENOCIDE, AND REPERCUSSIONS ON THE INDIGENOUS EPIDEMIOLOGICAL PROFILE

Walter VIANA

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGE0)

E-mail: walterviana@professor.to.gov.br

ORCID: <http://orcid.org/0009-0002-4577-1573>

Jocirley de OLIVEIRA

Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)

E-mail: oliveiraaraguaina2013@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-4126-0091>

RESUMO

As mudanças nos sistemas alimentares dos povos indígenas brasileiros têm intensificado o consumo de alimentos ultraprocessados e contribuído para alterações significativas nas condições de saúde e na preservação dos modos tradicionais de vida. Este estudo teve como objetivo analisar o nutricídio entre o povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá), discutindo sua relação com a colonialidade alimentar, o genocídio cultural alimentar e as repercussões no perfil epidemiológico indígena. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura e análise documental, fundamentada em produções científicas, documentos oficiais e marcos legais relacionados à saúde indígena, à alimentação e aos direitos dos povos originários. A literatura analisada evidenciou que a progressiva substituição da alimentação tradicional por produtos ultraprocessados promoveu a redução da diversidade alimentar, o enfraquecimento dos conhecimentos alimentares ancestrais, a perda da soberania alimentar e a crescente dependência de alimentos industrializados. Esse processo foi associado ao aumento das doenças crônicas não transmissíveis, à persistência de agravos

¹ COMO CITAR: (ABNT): VIANA, W.; OLIVEIRA, J. Nutricídio entre o Povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá): Colonialidade Alimentar, Genocídio Cultural Alimentar e Repercussões No Perfil Epidemiológico Indígena. **JNT Facit Business and Technology Journal**. Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Setembro de 2026 - Ed. 77. VOL. 02. Págs. 386-418. Disponível: <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. Acesso em: __/__/__.

nutricionais e à alteração do perfil epidemiológico indígena, configurando o nutricídio como expressão da colonialidade alimentar e da desestruturação dos sistemas alimentares tradicionais. O enfrentamento desse fenômeno requer políticas públicas interculturais que fortaleçam a soberania alimentar, valorizem os saberes tradicionais e promovam práticas integrais de atenção à saúde indígena.

Palavras-chave: Nutricídio. Povos indígenas. Karajá Xambioá. Colonialidade alimentar. Soberania alimentar.

ABSTRACT

Changes in the food systems of Brazilian Indigenous peoples have intensified the consumption of ultra-processed foods and contributed to significant changes in health conditions and the preservation of traditional ways of life. This study aimed to analyze *nutricide* among the Northern Karajá (Karajá Xambioá), discussing its relationship with food coloniality, cultural food genocide, and changes in the Indigenous epidemiological profile. This qualitative basic study was conducted through a narrative literature review and documentary analysis based on scientific publications, official documents, and legal frameworks related to Indigenous health, food, and Indigenous rights. The reviewed literature indicated that the progressive replacement of traditional foods with ultra-processed products reduced dietary diversity, weakened ancestral food knowledge, undermined food sovereignty, and increased dependence on industrialized foods. This process was associated with the rise of chronic non-communicable diseases, the persistence of nutritional disorders, and changes in the Indigenous epidemiological profile, characterizing *nutricide* as an expression of food coloniality and the disruption of traditional food systems. Addressing this phenomenon requires intercultural public policies that strengthen Indigenous food sovereignty, value traditional knowledge, and promote comprehensive Indigenous health care.

Keywords: *Nutricide*. Indigenous Peoples. Karajá Xambioá. Food Coloniality. Food Sovereignty.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os sistemas alimentares tradicionais dos povos indígenas têm sido profundamente transformados em diferentes regiões do mundo em decorrência da intensificação dos processos de urbanização, expansão das economias

de mercado, globalização alimentar e crescente inserção de produtos industrializados nos territórios originários. Esse cenário tem despertado preocupação entre pesquisadores das áreas de Saúde Coletiva, Nutrição, Antropologia e Ciências Sociais, uma vez que as mudanças nos padrões alimentares ultrapassam a dimensão biológica da nutrição e alcançam aspectos culturais, territoriais, ambientais e políticos.

A alimentação, compreendida como expressão da identidade coletiva e elemento estruturante da organização social dos povos indígenas, constitui um patrimônio histórico construído ao longo de gerações por meio da interação entre conhecimentos tradicionais, biodiversidade e manejo sustentável dos recursos naturais. Assim, compreender as transformações ocorridas nesses sistemas alimentares exige reconhecer que a alimentação representa um fenômeno social complexo, indissociável da cultura, do território e das formas próprias de produção da vida.

No Brasil, essa realidade adquire características particulares em razão da diversidade sociocultural dos povos indígenas e das distintas formas de relacionamento estabelecidas historicamente com a sociedade envolvente. A ampliação das redes de transporte, a intensificação das atividades econômicas em territórios tradicionalmente ocupados, a expansão do comércio de alimentos industrializados e a crescente dependência de programas governamentais de assistência contribuíram para modificar profundamente os modos tradicionais de obtenção, preparo e consumo dos alimentos.

Paralelamente, observa-se uma progressiva substituição de alimentos produzidos por meio da pesca, da caça, da agricultura tradicional e da coleta de frutos nativos por produtos ultraprocessados com elevado teor de açúcares, sódio, gorduras e aditivos químicos. Esse processo tem sido associado ao aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, ao surgimento da dupla carga de má nutrição e à redução da diversidade alimentar, configurando uma das mais relevantes mudanças epidemiológicas observadas entre populações indígenas nas últimas décadas.

Entre os povos indígenas brasileiros, o povo Karajá do Norte, também conhecido como Karajá Xambioá – localizado no município de Santa Fé do Araguaia no Tocantins, constitui um importante exemplo das profundas transformações ocorridas nos sistemas alimentares tradicionais ao longo do processo histórico de contato com a sociedade não indígena. Tradicionalmente estabelecidos às margens do rio Araguaia, esses grupos desenvolveram formas próprias de organização social, econômica e cultural fortemente vinculadas aos recursos naturais disponíveis no

território, especialmente à pesca, à agricultura de subsistência, à coleta de frutos e ao manejo sustentável da biodiversidade regional.

A alimentação tradicional sempre desempenhou papel central na reprodução física e cultural da comunidade, articulando conhecimentos ecológicos, práticas coletivas de produção, rituais, espiritualidade e mecanismos de transmissão intergeracional dos saberes. Entretanto, as transformações territoriais, econômicas e socioculturais intensificadas ao longo do século XX modificaram significativamente essas práticas, favorecendo a crescente inserção de alimentos industrializados no cotidiano das aldeias e alterando, de forma progressiva, a relação histórica entre território, cultura e alimentação.

Embora diversos estudos tenham abordado a transição nutricional em populações indígenas brasileiras, ainda são escassas as investigações que analisam esse fenômeno a partir de uma perspectiva integrada, capaz de relacionar a desestruturação dos sistemas alimentares tradicionais, os processos de colonialidade alimentar, a perda de referências culturais associadas à alimentação e as mudanças observadas no perfil epidemiológico dessas populações. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente no contexto do povo Karajá Xambioá, cuja produção científica permanece limitada quando comparada à complexidade das transformações experimentadas por essa comunidade nas últimas décadas.

Nesse sentido, torna-se necessário ampliar o debate para além da descrição das alterações nos hábitos alimentares, compreendendo essas mudanças como parte de processos históricos, sociais e políticos que produziram novas formas de vulnerabilidade alimentar, nutricional e sanitária, repercutindo simultaneamente sobre a saúde, a identidade cultural e a autonomia alimentar indígena.

Nesse contexto, adota-se neste estudo o termo **nutricídio** como categoria analítica para designar o processo estrutural, histórico e sociocultural pelo qual sistemas alimentares tradicionais são progressivamente desarticulados, produzindo perda da autonomia e da soberania alimentar, redução da diversidade nutricional, enfraquecimento dos conhecimentos ancestrais e crescente dependência de alimentos externos, sobretudo industrializados e ultraprocessados.

O conceito não se restringe, portanto, à ocorrência de má alimentação ou à substituição individual de determinados alimentos, mas procura evidenciar um processo mais amplo no qual transformações territoriais, econômicas, políticas e culturais restringem as condições necessárias à continuidade dos modos tradicionais de produzir, obter, preparar, compartilhar e significar os alimentos.

Entre povos indígenas, o nutricídio pode ser compreendido, nessa perspectiva, como uma das expressões contemporâneas da colonialidade alimentar, pois seus efeitos alcançam simultaneamente o território, a cultura, a saúde, a identidade coletiva e a transmissão intergeracional dos saberes alimentares.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o processo de transformação dos sistemas alimentares do povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá), discutindo as relações entre colonialidade alimentar, nutricídio e as mudanças observadas no perfil epidemiológico indígena.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, de abordagem qualitativa e objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura associada à pesquisa documental. Esse delineamento foi adotado em razão da natureza multidimensional do objeto investigado, uma vez que a análise das transformações dos sistemas alimentares do povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá) demanda a articulação entre aspectos históricos, territoriais, socioculturais, nutricionais e epidemiológicos.

A revisão narrativa foi utilizada como estratégia para reunir, sistematizar e interpretar criticamente diferentes perspectivas teóricas relacionadas aos sistemas alimentares indígenas, à colonialidade alimentar, à transição nutricional, à soberania alimentar e às mudanças no perfil epidemiológico dos povos originários.

A escolha dessa modalidade de revisão mostrou-se adequada ao propósito de desenvolver uma análise interpretativa e interdisciplinar do fenômeno, permitindo aproximar contribuições provenientes da Saúde Coletiva, Nutrição, Antropologia, Geografia e Ciências Sociais.

O levantamento bibliográfico contemplou artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações, teses e produções acadêmicas relacionadas ao objeto investigado. Foram consideradas publicações disponíveis integralmente nos idiomas português, inglês e espanhol, localizadas mediante consulta à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a outras produções científicas identificadas a partir das referências dos trabalhos selecionados.

Não foi estabelecida delimitação temporal rígida, uma vez que a análise demandou tanto a utilização de obras clássicas, necessárias à compreensão histórica e conceitual dos sistemas alimentares indígenas e da colonialidade, quanto de estudos contemporâneos relacionados à alimentação, nutrição e saúde dos povos indígenas.

A seleção das publicações considerou sua pertinência em relação aos seguintes temas: sistemas alimentares tradicionais indígenas; território e alimentação; soberania e segurança alimentar; colonialidade; transição alimentar e nutricional; consumo de alimentos ultraprocessados; doenças crônicas não transmissíveis; perfil epidemiológico indígena; e políticas públicas direcionadas à alimentação e à saúde dos povos originários.

Foram priorizados estudos que apresentassem relação direta com essas categorias e, sempre que disponíveis, produções referentes especificamente ao povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá) ou a populações indígenas brasileiras submetidas a processos semelhantes de transformação alimentar.

Foram excluídas publicações que não apresentavam relação direta com o objeto do estudo, trabalhos cujo conteúdo integral não estivesse disponível para consulta e produções que abordassem alimentação ou condições epidemiológicas sem estabelecer relação pertinente com populações indígenas ou comunidades tradicionais.

Considerando a reduzida produção científica especificamente direcionada aos Karajá Xambioá, foram também incorporados estudos realizados com outros povos indígenas brasileiros quando seus resultados contribuíssem para contextualizar processos mais amplos de transição alimentar, perda da diversidade nutricional e crescimento das doenças crônicas. Nesses casos, os achados foram utilizados de forma comparativa e interpretativa, evitando sua generalização automática para a realidade específica do povo investigado.

A pesquisa documental complementou o levantamento bibliográfico por meio da análise de documentos oficiais, marcos normativos, políticas públicas, relatórios técnicos e publicações institucionais relacionadas à saúde indígena, à segurança alimentar e nutricional, à proteção territorial e aos direitos dos povos indígenas.

Foram consideradas produções de instituições nacionais e internacionais, entre elas o Ministério da Saúde, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

O processo de análise foi realizado mediante leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa das publicações e documentos selecionados, tomando como referência os procedimentos de pesquisa bibliográfica apresentados por Gil (2008). Inicialmente, procedeu-se à identificação dos materiais potencialmente relacionados ao objeto; posteriormente, foram selecionados aqueles com maior aderência aos

objetivos da investigação e realizada leitura integral ou das seções diretamente relacionadas ao tema.

Na etapa analítica, as informações foram confrontadas e agrupadas de acordo com convergências, complementaridades, diferenças interpretativas e lacunas existentes na produção científica. Esse procedimento possibilitou identificar padrões recorrentes entre os estudos, bem como reconhecer aspectos ainda insuficientemente explorados pela literatura sobre alimentação e saúde indígena.

Para fins de sistematização, os achados foram organizados em cinco eixos analíticos: a) alimentação tradicional do povo Karajá do Norte, território e soberania alimentar; b) colonialidade alimentar e desestruturação dos sistemas tradicionais de alimentação; c) transição alimentar e nutricídio; d) repercussões das transformações alimentares sobre o perfil epidemiológico indígena; e e) estratégias de fortalecimento da soberania alimentar e de promoção da saúde indígena.

A interpretação transversal desses eixos possibilitou construir o conceito de nutricídio como categoria analítica utilizada neste estudo para discutir a deterioração estrutural dos sistemas alimentares indígenas e suas relações com processos históricos, territoriais, culturais, econômicos e sanitários.

Em razão do caráter narrativo da revisão, não se pretendeu realizar mensuração estatística dos resultados nem estabelecer relações causais entre exposição alimentar e ocorrência de doenças especificamente entre os Karajá Xambioá. Os achados epidemiológicos provenientes de pesquisas realizadas com diferentes povos indígenas brasileiros foram utilizados como elementos de contextualização e comparação, sendo interpretados com cautela diante das particularidades territoriais, socioculturais e epidemiológicas de cada população. Essa delimitação metodológica permitiu evitar generalizações indevidas e preservar a especificidade do objeto analisado.

Por utilizar exclusivamente informações provenientes de publicações científicas e documentos de acesso público, sem participação direta de seres humanos, realização de entrevistas, coleta de dados individuais ou utilização de informações pessoais identificáveis, o estudo não envolveu procedimentos de pesquisa de campo. Foram observados, contudo, os princípios de integridade científica, fidedignidade na interpretação das fontes, respeito aos povos indígenas e adequado reconhecimento da autoria das produções utilizadas, em consonância com os princípios éticos aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

AS TRANSFORMAÇÕES DOS SISTEMAS ALIMENTARES INDÍGENAS E O NUTRICÍDIO COMO EXPRESSÃO DA COLONIALIDADE ALIMENTAR

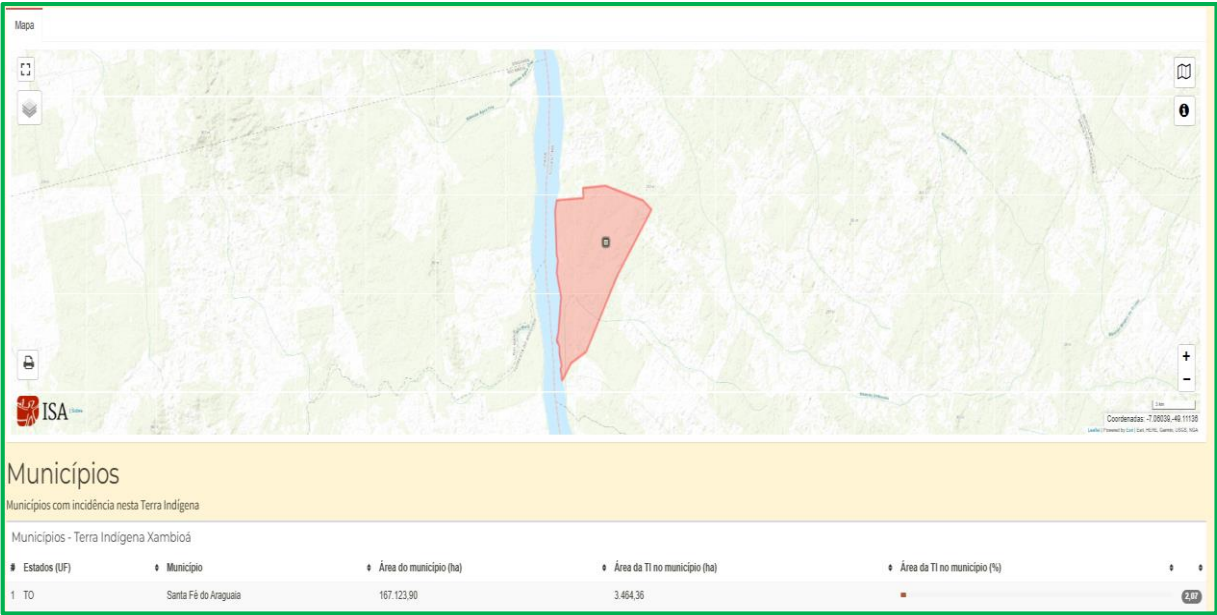
Alimentação Tradicional do povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá): Território, Cultura e Soberania Alimentar

A compreensão da alimentação tradicional do povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá) pressupõe o reconhecimento de que os sistemas alimentares indígenas constituem construções históricas, culturais e ecológicas profundamente vinculadas ao território. Localizados no município de Santa Fé do Araguaia, no norte do estado do Tocantins, às margens do rio Araguaia, os Karajá Xambioá desenvolveram, ao longo de gerações, um modo próprio de produzir, obter, preparar e compartilhar os alimentos, resultado da interação permanente entre conhecimentos tradicionais, biodiversidade regional e organização social comunitária.

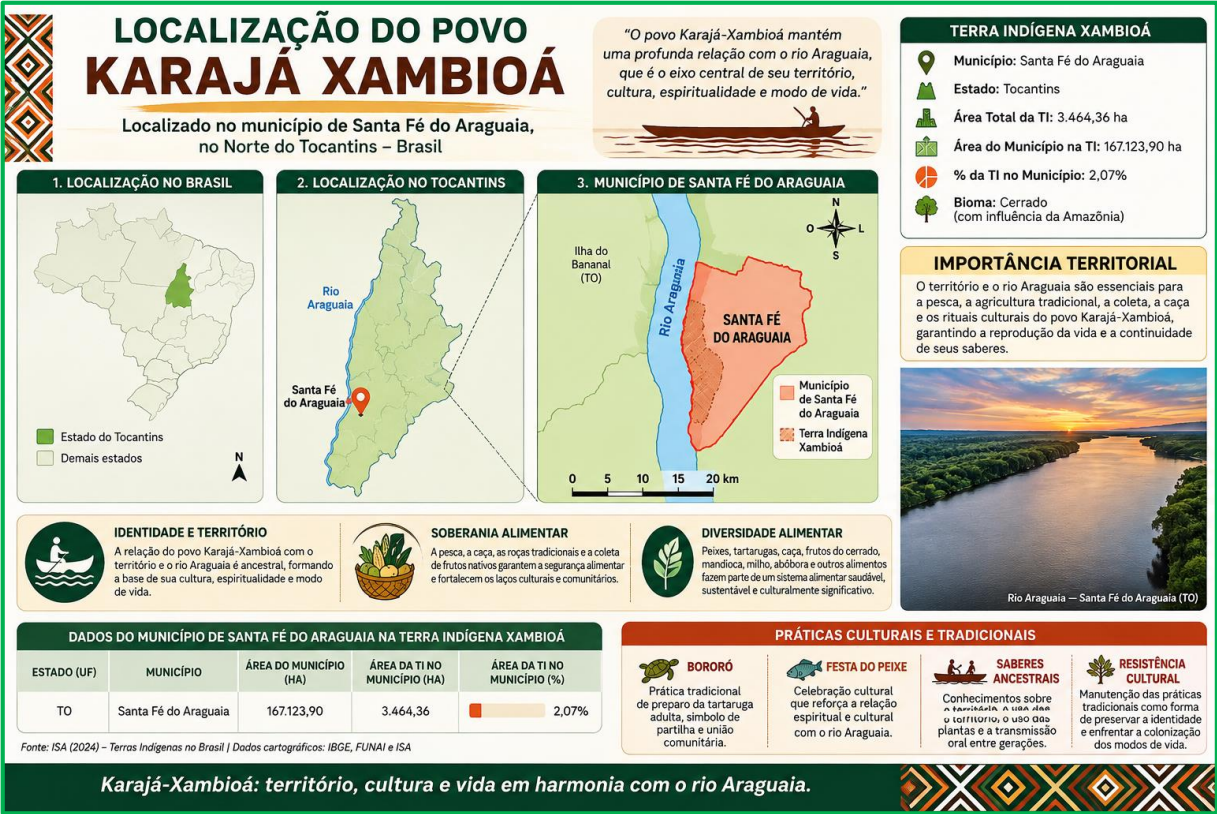
Nessa perspectiva, compreender a alimentação tradicional do povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá) exige, inicialmente, situar espacialmente o território onde essa população está inserida. O espaço geográfico não constitui apenas o local de moradia das comunidades, mas representa o fundamento material e simbólico da reprodução de seus modos de vida, condicionando o acesso aos recursos naturais, a organização das atividades produtivas e a preservação dos conhecimentos alimentares transmitidos entre gerações. Assim, a análise da localização territorial torna-se um elemento indispensável para compreender a constituição histórica do sistema alimentar tradicional e as transformações que passaram a incidir sobre ele ao longo do tempo.

Nesse sentido, apresenta-se a seguir a localização geográfica do povo, evidenciando sua distribuição territorial. A representação cartográfica permite compreender a estreita relação entre território, recursos naturais e organização sociocultural, elementos que historicamente estruturam o sistema alimentar tradicional e sustentam a soberania alimentar dessa população indígena.

Figura 1: Localização geográfica do povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá), no município de Santa Fé do Araguaia, estado do Tocantins.



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-Multiescalar-do-Povo-Karaja-Xambioa_fig1_396114973



Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em dados cartográficos do IBGE, FUNAI e Instituto Socioambiental (ISA).

Nessa perspectiva, a alimentação ultrapassa sua função biológica e assume papel estruturante na reprodução da vida coletiva, na preservação da identidade cultural e na manutenção das relações de reciprocidade entre pessoas, natureza e espiritualidade. Cada alimento, técnica de cultivo, prática de pesca ou ritual de compartilhamento expressa conhecimentos tradicionais construídos ao longo de

gerações, fortalecendo os vínculos comunitários e reafirmando a relação de pertencimento ao território ancestral.

Como destacam Burlingame e Dernini (2012):

Os sistemas alimentares tradicionais representam patrimônios bioculturais construídos ao longo do tempo, nos quais a diversidade ecológica e os conhecimentos locais constituem elementos essenciais para a promoção da saúde, da sustentabilidade e da segurança alimentar das populações tradicionais. Esses sistemas resultam da interação contínua entre as comunidades e seus territórios, integrando práticas de produção, manejo, coleta, preparo e consumo dos alimentos que respeitam os ciclos naturais e favorecem a conservação da biodiversidade (Burlingame; Dernini, 2012, p. 144).

Nesse contexto, o território ocupa posição central na organização alimentar do povo Karajá do Norte. Para essa comunidade, o rio Araguaia não representa apenas um recurso hídrico destinado ao abastecimento ou à pesca, mas constitui o principal eixo estruturador da vida social, econômica, cultural e espiritual. A dinâmica das cheias e vazantes determina os períodos de pesca, orienta o plantio das roças tradicionais, regula a circulação pelo território e influencia diretamente a disponibilidade de diferentes espécies vegetais e animais utilizadas na alimentação cotidiana.

Essa relação entre território, cultura e reprodução da vida comunitária encontra respaldo na produção de Karajá (2016), pesquisador indígena pertencente ao próprio contexto sociocultural analisado. Ao abordar os aspectos territoriais e culturais do povo Karajá-Xambioá, o autor evidencia a centralidade do território e do rio Araguaia na constituição histórica e cultural desse povo, cuja organização comunitária se desenvolveu em estreita relação com os recursos e as dinâmicas territoriais da região. “A incorporação dessa perspectiva permite compreender o território não apenas como espaço físico de ocupação, mas como dimensão constitutiva da identidade, da cultura e das formas de reprodução da vida Karajá-Xambioá” (Karajá, 2016, p. 86).

Essa estreita relação entre território e alimentação demonstra que os recursos naturais são percebidos não como mercadorias passíveis de exploração ilimitada, mas como componentes de um sistema integrado de vida, cujo equilíbrio depende do respeito aos ciclos ecológicos e aos conhecimentos acumulados por sucessivas gerações.

Conforme assinala Posey (1987):

Os conhecimentos ecológicos tradicionais desenvolvidos pelos povos indígenas constituem sistemas complexos de interpretação e manejo ambiental, permitindo a utilização sustentável da biodiversidade sem

comprometer sua capacidade de regeneração. Esses conhecimentos são resultado de processos históricos de observação, experimentação e transmissão intergeracional, orientando práticas relacionadas à pesca, à caça, ao cultivo, à coleta e ao uso racional dos recursos naturais (Posey, 1987, p. 112).

A pesca tradicional sempre ocupou posição de destaque na organização alimentar dos Karajá Xambioá, constituindo a principal fonte de proteína animal e um dos elementos mais representativos de sua identidade cultural. As técnicas utilizadas para captura dos peixes foram aperfeiçoadas ao longo de séculos de convivência com o rio Araguaia, incorporando amplo conhecimento sobre sazonalidade, comportamento das espécies, locais de reprodução e períodos mais adequados para a atividade pesqueira.

Redes, anzóis, armadilhas, arpões e outros instrumentos tradicionais são empregados de acordo com as características ambientais e com os objetivos da pesca, respeitando regras culturais que limitam a captura em determinadas épocas e evitam o comprometimento dos estoques pesqueiros. Dessa forma, “a pesca transcende sua dimensão econômica e nutricional (Baldoni, 2019), constituindo prática social que fortalece os vínculos comunitários, estimula a cooperação entre famílias e reafirma princípios de reciprocidade, solidariedade e respeito aos recursos naturais.

Esse modelo de utilização dos bens ambientais aproxima-se da concepção de sustentabilidade defendida por Diegues (2000), segundo a qual:

Os conhecimentos tradicionais constituem importantes estratégias de conservação da biodiversidade e de utilização racional dos ecossistemas. Fundamentados na observação contínua da natureza e na transmissão intergeracional de saberes, esses conhecimentos orientam práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, respeitando os ciclos ecológicos e assegurando a renovação das espécies utilizadas para alimentação, medicina e demais necessidades da vida comunitária (Diegues, 2000, p. 109).

Paralelamente à pesca, a caça e a agricultura tradicional desempenharam papel complementar na constituição do sistema alimentar Karajá do Norte. A obtenção de animais silvestres sempre esteve condicionada ao profundo conhecimento da fauna regional, dos ciclos reprodutivos, dos habitats naturais e dos comportamentos das espécies, aspectos que orientavam a realização de caçadas de forma seletiva e compatível com a capacidade de renovação dos recursos ambientais.

A agricultura, por sua vez, era desenvolvida em pequenas roças familiares, onde predominavam cultivos adaptados às condições ecológicas da região, como mandioca, milho, batata-doce, cará, inhame, feijão, abóbora, banana e outras espécies utilizadas tanto na alimentação cotidiana quanto em ocasiões cerimoniais. O manejo agrícola caracterizava-se pela diversificação produtiva, pela utilização de sementes

tradicionalmente conservadas pelas famílias e pelo aproveitamento dos conhecimentos transmitidos pelos mais velhos acerca dos períodos adequados de plantio, colheita e descanso da terra.

A pesca, caça e agricultura constituíam atividades interdependentes que asseguravam diversidade alimentar, autonomia produtiva e estabilidade nutricional, formando um sistema integrado de produção profundamente articulado ao território e aos valores culturais da comunidade. Esse modelo tradicional de obtenção dos alimentos favorecia o uso sustentável dos recursos naturais, respeitando os ciclos ecológicos e contribuindo para a conservação da biodiversidade local.

Apesar das profundas transformações experimentadas pelo sistema alimentar Karajá Xambioá, determinadas práticas tradicionais permanecem como formas de resistência cultural e de reafirmação da identidade coletiva. Entre elas, destaca-se o **Bororó**, preparação tradicional associada ao consumo da tartaruga adulta e marcada pelo compartilhamento comunitário do alimento.

Após o preparo, membros da comunidade dirigem-se coletivamente ao local onde a comida é servida, participando de um momento que ultrapassa a satisfação de uma necessidade nutricional e assume significado social e cultural. A prática evidencia que o alimento, entre os Karajá Xambioá, também constitui espaço de encontro, reciprocidade, memória e pertencimento.

A permanência de práticas dessa natureza demonstra que o avanço da colonialidade alimentar e a crescente inserção de produtos industrializados não produziram uma ruptura absoluta com o sistema alimentar ancestral. Ao contrário, a manutenção e a transmissão desses hábitos configuram formas concretas de resistência à homogeneização alimentar, reafirmando a capacidade da comunidade de preservar conhecimentos e práticas vinculados ao território, à ancestralidade e à identidade cultural.

Colonialidade Alimentar e Genocídio Cultural Alimentar: A Ruptura dos Sistemas Tradicionais de Alimentação

A compreensão das transformações ocorridas no sistema alimentar do povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá) exige ultrapassar interpretações centradas exclusivamente na mudança de hábitos alimentares ou na simples incorporação de novos produtos ao cotidiano das aldeias. Tais modificações inserem-se em um processo histórico mais amplo de reconfiguração das relações de poder estabelecidas entre os povos indígenas, o Estado nacional e a sociedade envolvente, marcado pela

permanência de estruturas coloniais que continuam produzindo desigualdades sociais, territoriais, econômicas e culturais.

Sob essa perspectiva, a alimentação deixa de ser compreendida apenas como uma prática biológica ou doméstica para constituir uma dimensão estratégica da colonialidade, na medida em que as formas tradicionais de produzir, obter, preparar e compartilhar os alimentos passam a ser progressivamente substituídas por padrões externos de consumo.

Nessa linha e conforme argumenta Quijano (2005):

A colonialidade do poder não se encerra com o fim do colonialismo formal, mas permanece reproduzindo mecanismos de dominação que reorganizam os modos de viver, produzir conhecimentos e estabelecer relações com o território, impondo padrões considerados universais em detrimento dos saberes tradicionais. Essa permanência das estruturas coloniais manifesta-se, entre outros aspectos, na desvalorização dos sistemas alimentares indígenas, frequentemente classificados como atrasados, improdutivos ou incompatíveis com o modelo moderno de desenvolvimento (Quijano, 2005, p. 67).

398

No caso específico dos Karajá do Norte, a intensificação da ocupação não indígena ao longo do século XX promoveu profundas alterações nas formas tradicionais de organização territorial. A expansão da fronteira agropecuária, a abertura de vias de circulação, a exploração econômica dos recursos naturais e a crescente pressão sobre as terras indígenas modificaram significativamente a dinâmica ecológica da região do rio Araguaia, comprometendo a disponibilidade de recursos essenciais para a manutenção do sistema alimentar tradicional.

A redução das áreas destinadas à pesca, à caça, ao cultivo das roças tradicionais e à coleta de frutos nativos representou não apenas uma limitação material ao acesso aos alimentos, mas também a desestruturação de práticas culturais historicamente responsáveis pela reprodução dos conhecimentos ecológicos indígenas.

A dimensão territorial dessas transformações adquire especial relevância quando analisada a partir da produção de um pesquisador pertencente ao próprio povo. Karajá (2016), ao discutir os aspectos territoriais e culturais dos Karajá-Xambioá, demonstra a importância histórica do território para a organização e a continuidade das práticas culturais da comunidade, destacando sua vinculação com o rio Araguaia e com as formas próprias de reprodução da vida coletiva. Nessa perspectiva, alterações nas condições de acesso, uso e permanência no território não devem ser interpretadas apenas como mudanças espaciais, pois podem repercutir sobre práticas, conhecimentos e referências culturais construídos e transmitidos entre gerações (Karajá, 2016. P. 99).

Conforme assinala Brighenti (2016):

A colonialidade atua prioritariamente sobre a territorialidade indígena, uma vez que o território constitui a base de sustentação dos sistemas culturais, econômicos e espirituais dos povos originários. Quando o território é fragmentado ou submetido a novas formas de exploração, toda a organização sociocultural passa a sofrer impactos estruturais (Brighenti, 2016, P. 39).

Sob esse enfoque, a colonialidade alimentar pode ser compreendida como uma expressão específica da colonialidade do poder, caracterizada pela substituição gradual dos sistemas tradicionais de alimentação por padrões alimentares produzidos e controlados pelo mercado. Não se trata apenas da introdução de novos alimentos, mas da reorganização das condições materiais que tornam inviável a continuidade das práticas alimentares ancestrais.

À medida que diminuem as possibilidades de obtenção autônoma de peixes, frutos, raízes, caça e produtos cultivados nas roças indígenas, amplia-se a dependência de alimentos provenientes de circuitos comerciais externos, frequentemente industrializados, altamente processados e desvinculados da cultura alimentar tradicional. Esse processo promove alterações profundas na relação entre alimentação, território e identidade cultural, deslocando o eixo da produção comunitária para a lógica do consumo mercantil.

Sob a perspectiva decolonial, Quijano (2005), argumenta que:

Tal fenômeno evidencia que a alimentação também constitui espaço de disputa política e epistemológica, no qual determinados conhecimentos e práticas alimentares são sistematicamente invisibilizados em favor de modelos considerados modernos e economicamente mais rentáveis. A imposição de padrões alimentares externos contribui para deslegitimar os saberes tradicionais, enfraquecendo os sistemas locais de produção, preparo e consumo dos alimentos construídos ao longo de gerações (Quijano, 2005, p. 133).

Como consequência desse processo, observa-se a progressiva constituição de novas formas de dependência econômica nas comunidades indígenas. A redução da capacidade produtiva tradicional, associada às transformações territoriais e ambientais, favoreceu a crescente inserção das aldeias na economia monetária regional. A necessidade de adquirir alimentos anteriormente obtidos diretamente da natureza ou produzidos nas roças tradicionais modificou significativamente a dinâmica econômica das famílias indígenas, ampliando sua exposição às oscilações de preços e às limitações impostas pelo mercado.

Benefícios previdenciários, programas de transferência de renda, empregos temporários e outras fontes de renda passaram a desempenhar papel relevante na aquisição cotidiana dos alimentos, alterando significativamente a lógica tradicional de produção e consumo.

Para Brighenti (2016):

Em muitas comunidades, esses recursos tornaram-se fundamentais para garantir o acesso a produtos comercializados nos centros urbanos, especialmente diante da redução da disponibilidade de alimentos provenientes da pesca, da caça, da coleta e da agricultura tradicional (Brighenti, 2016, P. 69).

Evidentemente, tais políticas representam importantes instrumentos de proteção social e redução das desigualdades; contudo, quando desacompanhadas de estratégias voltadas ao fortalecimento da soberania alimentar indígena, podem contribuir para ampliar a dependência das cadeias comerciais externas. Nesses casos, os programas de proteção social tendem a responder às necessidades imediatas de acesso aos alimentos, sem enfrentar as causas estruturais relacionadas à perda territorial, à degradação ambiental e ao enfraquecimento dos sistemas tradicionais de produção.

Desse modo, verifica-se que a colonialidade alimentar não decorre simplesmente da circulação de produtos industrializados nas aldeias, mas da transformação estrutural das condições que sustentavam a autonomia alimentar construída historicamente pelos Karajá do Norte. A substituição da produção tradicional pelo consumo mercantil constitui, portanto, uma das manifestações contemporâneas da permanência das relações coloniais sobre os modos indígenas de viver, produzir e alimentar-se.

Da Transição Alimentar ao Nutricídio: Transformações Nutricionais e Mudanças no Padrão de Consumo

As profundas transformações observadas nos sistemas alimentares dos povos indígenas nas últimas décadas inserem-se em um fenômeno amplamente descrito pela literatura como transição nutricional, caracterizado pela substituição progressiva de padrões alimentares tradicionais por dietas marcadas pelo elevado consumo de alimentos industrializados, ricos em açúcares livres, gorduras saturadas, sódio e aditivos químicos.

Embora esse processo tenha ocorrido em diferentes sociedades ao redor do mundo, seus efeitos tornam-se particularmente intensos entre populações indígenas, uma vez que a mudança alimentar não decorre exclusivamente da modernização dos hábitos de consumo, mas da ruptura das bases territoriais, ecológicas e culturais que historicamente sustentavam seus sistemas tradicionais de produção de alimentos.

Nesse contexto, Popkin (2003) argumenta que:

A transição nutricional constitui um processo associado às transformações econômicas, demográficas e sociais, produzindo mudanças significativas no perfil epidemiológico das populações. Entretanto, quando analisada sob a perspectiva dos povos indígenas, essa transição assume características próprias, pois está profundamente relacionada aos processos históricos de colonização, perda territorial, dependência econômica e desestruturação dos conhecimentos tradicionais sobre alimentação (Popkin, 2003, p. 89).

No contexto do povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá), localizado no município de Santa Fé do Araguaia, observa-se que a transformação do padrão alimentar ocorreu paralelamente ao enfraquecimento das atividades tradicionais de pesca, caça, agricultura e coleta, anteriormente responsáveis pela maior parte dos alimentos consumidos pelas famílias indígenas. Essas práticas constituíam a base da soberania alimentar da comunidade, garantindo diversidade nutricional, autonomia produtiva e estreita relação entre alimentação, território e identidade cultural.

À medida que esses sistemas produtivos passaram a enfrentar limitações decorrentes da redução do território disponível, da degradação ambiental e da crescente inserção das aldeias na economia de mercado, ampliou-se a presença de produtos industrializados adquiridos em estabelecimentos comerciais localizados nos municípios vizinhos.

Alimentos como refrigerantes, biscoitos, macarrão instantâneo, embutidos, bebidas açucaradas e outros produtos ultraprocessados passaram a ocupar espaço anteriormente destinado aos alimentos provenientes da pesca, das roças tradicionais e da coleta de espécies nativas. Caracterizados pelo elevado teor de açúcares, sódio, gorduras saturadas e aditivos químicos, esses produtos apresentam reduzida qualidade nutricional quando comparados aos alimentos tradicionalmente consumidos pelas comunidades indígenas.

Tal fenômeno alterou não apenas a composição nutricional da dieta, mas também as formas de obtenção, preparo e compartilhamento dos alimentos, deslocando a alimentação de uma prática comunitária baseada na produção coletiva para um modelo predominantemente dependente do consumo mercantil. Como consequência, enfraqueceram-se importantes espaços de convivência, cooperação e transmissão dos conhecimentos alimentares tradicionais, historicamente construídos em torno das atividades de pesca, cultivo, coleta e preparo dos alimentos.

Como destacam Kuhnlein, Erasmus e Spigelski (2009):

A perda dos sistemas alimentares tradicionais compromete simultaneamente a diversidade nutricional, os conhecimentos ecológicos locais e a capacidade das comunidades indígenas de manter sua autonomia alimentar. Esse processo reduz a disponibilidade e a variedade de alimentos obtidos diretamente do território, enfraquece as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e dificulta a transmissão intergeracional

Nesse processo, destaca-se a crescente incorporação de alimentos ultraprocessados, categoria definida pelo sistema NOVA como formulações industriais produzidas majoritariamente a partir de ingredientes refinados, substâncias derivadas de alimentos e aditivos destinados a conferir maior durabilidade, palatabilidade e praticidade ao consumo. Esses produtos passam por sucessivas etapas de processamento industrial e frequentemente contêm corantes, aromatizantes, emulsificantes, conservantes, edulcorantes e outros aditivos que modificam significativamente sua composição original.

Entre esses produtos destacam-se refrigerantes, bebidas açucaradas, biscoitos recheados, macarrão instantâneo, embutidos, salgadinhos industrializados, doces, misturas prontas e outros alimentos com elevada densidade energética e reduzido valor nutricional. A crescente disponibilidade desses produtos nos estabelecimentos comerciais próximos às comunidades indígenas favoreceu sua incorporação progressiva ao cotidiano alimentar, substituindo alimentos tradicionalmente obtidos por meio da pesca, da agricultura, da caça e da coleta.

Em muitas comunidades indígenas, segundo Monteiro (2019):

Esses produtos passaram gradativamente a substituir alimentos tradicionalmente obtidos por meio da pesca, da agricultura familiar, da coleta de frutos e do manejo sustentável dos recursos naturais. Essa substituição modifica profundamente a qualidade da alimentação, reduzindo o consumo de proteínas naturais, fibras alimentares, vitaminas e minerais, ao mesmo tempo em que amplia significativamente a ingestão de açúcares livres, sódio, gorduras saturadas e compostos artificiais associados ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (Monteiro, 2019, p. 129).

Além das alterações na composição nutricional da dieta, a expansão dos alimentos ultraprocessados promove uma expressiva redução da diversidade alimentar, aspecto considerado fundamental para a segurança nutricional e para a preservação dos sistemas alimentares indígenas. A diversidade de alimentos tradicionalmente disponíveis assegurava o fornecimento equilibrado de nutrientes essenciais, fortalecia a soberania alimentar e reduzia a dependência de fontes externas de abastecimento.

Tradicionalmente, a alimentação dos Karajá do Norte era caracterizada pela utilização de uma ampla variedade de espécies vegetais e animais obtidas diretamente do território, respeitando a sazonalidade, os ciclos ecológicos e os conhecimentos acumulados por sucessivas gerações. Peixes, frutos nativos, raízes, tubérculos, sementes, hortaliças cultivadas nas roças tradicionais e animais

provenientes da caça compunham uma dieta diversificada, estreitamente vinculada às características ambientais da região e às práticas culturais da comunidade.

A crescente substituição dessa diversidade por um conjunto restrito de produtos industrializados promove não apenas a homogeneização dos hábitos alimentares, mas também o enfraquecimento dos saberes relacionados ao cultivo, à coleta, ao beneficiamento e ao preparo dos alimentos tradicionais.

Conforme ressaltam a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2021):

A perda da diversidade alimentar representa um dos principais fatores associados ao aumento da insegurança alimentar, à piora da qualidade da dieta e à elevação do risco de doenças relacionadas à alimentação, especialmente entre populações historicamente vulnerabilizadas. A redução da variedade de alimentos disponíveis compromete o aporte adequado de vitaminas, minerais, fibras e outros nutrientes essenciais ao funcionamento do organismo, favorecendo tanto deficiências nutricionais quanto o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (p. 316).

Assim, observa-se que a transição alimentar vivenciada pelos Karajá do Norte não corresponde apenas à mudança dos alimentos consumidos, mas à reconfiguração de todo um sistema sociocultural historicamente responsável pela manutenção da saúde, da identidade coletiva e da soberania alimentar da comunidade. Esse processo repercute sobre as formas de produção, obtenção, preparo e compartilhamento dos alimentos, alterando práticas comunitárias que, durante séculos, fortaleceram os vínculos sociais e garantiram a transmissão intergeracional dos conhecimentos ecológicos e alimentares.

Nutricídio e Mudanças no Perfil Epidemiológico Indígena: Repercussões para a Saúde do Povo Karajá Xambioá

A transformação dos sistemas alimentares indígenas transcende a dimensão nutricional e passa a constituir um importante determinante do processo saúde-doença, repercutindo diretamente no perfil epidemiológico das comunidades tradicionais. Ao longo das últimas décadas, estudos desenvolvidos em diferentes povos indígenas brasileiros evidenciam uma mudança progressiva do predomínio de agravos infecciosos e carenciais para um cenário caracterizado pela coexistência de doenças crônicas não transmissíveis, distúrbios metabólicos e persistência de deficiências nutricionais.

Essa alteração não representa uma simples mudança estatística na distribuição das enfermidades, mas expressa profundas transformações nas formas de vida, nos padrões alimentares, na organização social e na relação das populações

indígenas com seus territórios tradicionais. Tais mudanças evidenciam a ruptura progressiva de práticas historicamente construídas de produção, obtenção, preparo e compartilhamento dos alimentos, comprometendo mecanismos comunitários de proteção à saúde e de reprodução cultural.

Sob essa perspectiva, o nutrícióio deve ser compreendido como um processo estrutural que reorganiza os determinantes sociais da saúde por meio da deterioração dos sistemas alimentares originários, produzindo repercussões clínicas, epidemiológicas e socioculturais que afetam simultaneamente indivíduos, famílias e comunidades. Esse processo ultrapassa os efeitos biológicos decorrentes da inadequação alimentar, uma vez que também fragiliza a autonomia das comunidades, a transmissão intergeracional dos conhecimentos tradicionais e os vínculos simbólicos estabelecidos entre alimentação, território e identidade.

Assim, Souza Filho (2015), nos diz que:

No contexto do povo Karajá Xambioá, a substituição gradual dos alimentos tradicionais por produtos industrializados representa um importante fator explicativo para a emergência de um novo perfil de adoecimento, marcado pela sobreposição entre doenças relacionadas à escassez nutricional e enfermidades decorrentes do consumo excessivo de alimentos ultraprocessados (Souza Filho, 2015, p. 112).

Entre as repercussões mais evidentes desse processo destaca-se o crescimento das doenças cardiometabólicas, especialmente do diabetes mellitus tipo 2, condição historicamente pouco frequente em populações indígenas que mantinham modos tradicionais de alimentação e elevado nível de atividade física cotidiana. A progressiva substituição dos alimentos tradicionais por produtos industrializados e ultraprocessados modifica substancialmente a qualidade nutricional da dieta, ampliando a exposição a fatores associados ao desenvolvimento de alterações metabólicas.

A literatura demonstra que a rápida incorporação de alimentos ricos em açúcares refinados, farinhas altamente processadas, bebidas açucaradas e produtos de elevada carga glicêmica favorece alterações progressivas no metabolismo da glicose, resistência à insulina, acúmulo de gordura visceral e aumento da incidência do diabetes. O consumo frequente desses produtos tende a ocorrer em detrimento de alimentos tradicionais nutricionalmente diversificados, contribuindo para dietas com maior densidade energética e menor qualidade nutricional.

Esse fenômeno torna-se ainda mais preocupante quando associado ao envelhecimento populacional, à redução das atividades produtivas tradicionais e ao crescente sedentarismo decorrente das mudanças nas formas de organização

econômica das aldeias. A diminuição da participação cotidiana em atividades como pesca, caça, agricultura, coleta e deslocamentos pelo território pode representar importante alteração nos níveis habituais de atividade física dessas populações.

Sobre essa questão Kramer (2022), ressalta que:

A urbanização e a intensificação do contato com a sociedade envolvente estão diretamente relacionadas ao aumento dos fatores de risco cardiometabólicos entre diferentes povos indígenas brasileiros, evidenciando que as transformações alimentares exercem papel central na produção desse novo cenário epidemiológico (Kramer, 2022, p. 69).

Paralelamente ao aumento do diabetes, observa-se também crescimento progressivo da hipertensão arterial sistêmica, considerada atualmente uma das principais doenças crônicas emergentes entre povos indígenas no Brasil. Revisões sistemáticas demonstram que a prevalência da hipertensão aumentou de forma contínua nas últimas décadas, acompanhando o processo de transição nutricional e a substituição de alimentos naturais por produtos industrializados com elevado teor de sódio, gorduras saturadas e conservantes.

Além das alterações alimentares, esse aumento encontra-se associado ao excesso de peso, à redução da atividade física, ao consumo crescente de bebidas industrializadas e às modificações socioculturais decorrentes da intensificação do contato interétnico. Essas transformações interferem diretamente nos modos tradicionais de vida, favorecendo a substituição progressiva de práticas cotidianas que historicamente envolviam maior gasto energético e uma alimentação baseada nos recursos disponíveis no território.

Souza Filho (2015), ao realizar revisão sistemática com metanálise envolvendo povos indígenas brasileiros:

Identificou tendência consistente de crescimento da hipertensão ao longo do tempo, atribuindo esse comportamento às mudanças dos hábitos culturais, alimentares e do estilo de vida produzidas pela interação com a sociedade não indígena. Esse cenário demonstra que a transição epidemiológica entre os povos indígenas acompanha transformações mais amplas em seus modos de viver, alimentar-se e relacionar-se com o território (Souza Filho, 2015, p. 192).

Tais evidências reforçam a hipótese de que o nutrição não atua apenas como mecanismo de empobrecimento alimentar, mas também como importante determinante da emergência das doenças cardiovasculares que anteriormente apresentavam reduzida ocorrência entre populações indígenas. Ao comprometer a diversidade e a qualidade nutricional da alimentação tradicional, esse processo favorece a exposição contínua a dietas com elevada densidade energética, excesso de sódio, açúcares e gorduras de baixa qualidade nutricional.

Outro aspecto que evidencia a profundidade das transformações epidemiológicas refere-se ao expressivo aumento da obesidade, das doenças cardiovasculares e das doenças renais crônicas, enfermidades estreitamente relacionadas às alterações metabólicas decorrentes da alimentação baseada em produtos ultraprocessados. A ocorrência simultânea desses agravos revela a formação de um quadro complexo de vulnerabilidade, no qual diferentes fatores metabólicos e comportamentais podem se sobrepor e potencializar seus efeitos sobre a saúde.

Diferentemente da percepção simplificada que associa a obesidade exclusivamente ao excesso de ingestão calórica, sua ocorrência entre povos indígenas deve ser interpretada como resultado de um complexo processo de substituição dos sistemas alimentares tradicionais por dietas de baixa qualidade nutricional, associado à diminuição das práticas produtivas, à dependência crescente de alimentos industrializados e à redução do gasto energético cotidiano.

Estudos de revisão indicam que aproximadamente metade da população indígena adulta brasileira já apresenta excesso de peso, evidenciando a magnitude desse problema de saúde pública, cuja progressão repercute diretamente sobre a incidência de síndrome metabólica, insuficiência renal, infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral. Assim, observa-se que o nutricídio não produz apenas alterações isoladas no estado nutricional, mas desencadeia um conjunto de mudanças fisiopatológicas capazes de redefinir o perfil epidemiológico das populações indígenas, ampliando significativamente a carga de doenças crônicas e impondo novos desafios aos serviços de saúde, especialmente à Atenção Primária e à organização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Estratégias para o Enfrentamento do Nutricídio: Soberania Alimentar, Interculturalidade e Promoção da Saúde Indígena

O reconhecimento do nutricídio como um processo estrutural de deterioração dos sistemas alimentares indígenas impõe a necessidade de superar abordagens centradas exclusivamente no tratamento das doenças decorrentes da má alimentação. Embora o acompanhamento clínico das enfermidades crônicas seja indispensável, ele se mostra insuficiente quando desconsidera os determinantes históricos, territoriais, culturais e políticos que condicionam a transformação dos padrões alimentares dos povos originários.

Dessa forma, o enfrentamento do nutricídio exige a adoção de estratégias intersetoriais capazes de articular saúde, alimentação, educação, meio ambiente,

proteção territorial e fortalecimento das organizações indígenas, reconhecendo que o direito humano à alimentação adequada está intrinsecamente relacionado ao direito ao território, à autodeterminação e à preservação dos conhecimentos tradicionais.

Sob essa perspectiva, a promoção da saúde indígena ultrapassa os limites da assistência biomédica e passa a compreender a reconstrução das condições necessárias para que os próprios povos possam produzir, consumir e transmitir seus alimentos de acordo com seus valores culturais, fortalecendo sua autonomia alimentar e sua capacidade de definir os rumos de seu desenvolvimento.

Entre as estratégias mais relevantes destaca-se o fortalecimento da pesca tradicional, atividade historicamente responsável pela segurança alimentar do povo Karajá Xambioá e profundamente vinculada à dinâmica ecológica do rio Araguaia. Muito mais do que uma atividade econômica, a pesca constitui um patrimônio cultural que reúne conhecimentos sobre sazonalidade, manejo sustentável dos recursos pesqueiros, técnicas de captura, formas de preparo dos alimentos e mecanismos comunitários de compartilhamento da produção.

Entretanto, a redução da disponibilidade de recursos naturais, a degradação ambiental, as alterações nos cursos d'água e as restrições territoriais vêm comprometendo progressivamente essa prática ancestral. Assim, políticas públicas voltadas à recuperação ambiental dos ecossistemas, ao monitoramento participativo dos recursos pesqueiros e à proteção dos territórios tradicionalmente utilizados pelas comunidades indígenas representam medidas essenciais para restabelecer a autonomia alimentar e reduzir a dependência crescente de alimentos industrializados.

Conforme destacam Kuhnlein, Erasmus e Spigelski (2009):

A preservação dos sistemas alimentares tradicionais constitui uma das estratégias mais eficazes para promover simultaneamente saúde, segurança alimentar, conservação ambiental e valorização da diversidade cultural dos povos indígenas. O fortalecimento dessas práticas contribui para ampliar a autonomia das comunidades sobre a produção e o consumo dos próprios alimentos, ao mesmo tempo em que favorece a continuidade dos conhecimentos ecológicos e alimentares transmitidos entre gerações. (Kuhnlein; Erasmus; Spigelski, 2009, P. 89).

De forma complementar, o incentivo às roças indígenas e a recuperação das sementes tradicionais configuram importantes instrumentos para o fortalecimento da soberania alimentar. Historicamente, a agricultura desenvolvida pelos povos indígenas baseia-se na conservação da agrobiodiversidade, no manejo sustentável do solo e na utilização de variedades vegetais adaptadas às condições ambientais locais.

Todavia, a substituição dessas práticas por alimentos adquiridos no mercado tem contribuído para o desaparecimento gradual de espécies cultivadas tradicionalmente, comprometendo tanto a diversidade nutricional quanto a transmissão intergeracional dos conhecimentos agrícolas. Nesse contexto, iniciativas voltadas à criação de bancos comunitários de sementes, ao estímulo das práticas agrícolas tradicionais, à valorização das variedades crioulas e à recuperação das técnicas ancestrais de cultivo tornam-se fundamentais para reconstruir os sistemas alimentares indígenas.

Além de ampliar a disponibilidade de alimentos saudáveis, essas ações fortalecem a identidade cultural, reduzem a dependência econômica externa e favorecem a construção de territórios mais resilientes frente às mudanças ambientais e sociais. Ao estimular a produção comunitária e a valorização dos recursos alimentares locais, contribuem também para a manutenção dos conhecimentos tradicionais e para o fortalecimento da autonomia das famílias indígenas.

Outra dimensão estratégica refere-se à implementação de programas permanentes de educação alimentar intercultural, fundamentados no diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais indígenas. Diferentemente dos modelos convencionais de educação nutricional, frequentemente pautados por recomendações universais e descontextualizadas, a abordagem intercultural reconhece que a alimentação constitui uma prática social, simbólica e cultural, cujos significados variam conforme a história, a cosmologia e a organização social de cada povo.

Assim, as ações educativas devem respeitar os hábitos alimentares tradicionais, valorizar os alimentos produzidos no território, estimular o consumo de espécies locais e fortalecer a transmissão dos conhecimentos entre as diferentes gerações. Essa perspectiva favorece “práticas de educação alimentar culturalmente contextualizadas” (Mignolo, 2017), nas quais os saberes indígenas sejam reconhecidos como elementos fundamentais para a promoção da saúde e para a preservação da autonomia comunitária.

Conforme preconiza a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Brasil, 2002):

Todas as ações desenvolvidas no âmbito da saúde indígena devem ser orientadas pelos princípios da atenção diferenciada, da interculturalidade e da participação efetiva das comunidades na construção das estratégias de cuidado. Essa abordagem pressupõe o reconhecimento dos saberes, das práticas tradicionais e das especificidades socioculturais de cada povo, evitando intervenções dissociadas de suas realidades territoriais e de seus modos de vida. (Brasil, 2002, p. 78).

Entretanto, nenhuma política pública será plenamente efetiva se não reconhecer o protagonismo indígena como princípio orientador das decisões relacionadas à alimentação e à saúde. Os povos indígenas não podem ser concebidos como meros destinatários de programas governamentais, mas como sujeitos políticos capazes de identificar suas prioridades, definir seus projetos de desenvolvimento e participar ativamente da formulação, execução e avaliação das ações que incidem sobre seus territórios.

Nesse sentido, o fortalecimento das organizações comunitárias, das lideranças tradicionais, dos conselhos locais de saúde e dos espaços de controle social representa condição indispensável para que as políticas de alimentação e nutrição reflitam efetivamente as necessidades e as especificidades culturais das comunidades. A participação ativa dos povos indígenas nos processos de planejamento, implementação e avaliação das ações favorece a construção de estratégias mais coerentes com suas realidades territoriais, sociais e alimentares.

Para a Organização das Nações Unidas (2008):

A autodeterminação alimentar constitui, portanto, um componente essencial da soberania dos povos indígenas, uma vez que lhes assegura o direito de decidir como produzir, distribuir, preparar e consumir seus próprios alimentos, preservando práticas historicamente construídas e fortalecendo sua autonomia diante das pressões impostas pelo mercado alimentar (ONU, 2008, p. 134).

Sob a perspectiva das políticas públicas, torna-se imprescindível ampliar a integração entre as ações de segurança alimentar, soberania alimentar, proteção ambiental e atenção à saúde. Embora os programas de transferência de renda e de abastecimento alimentar desempenhem papel importante no enfrentamento imediato da insegurança alimentar, tais iniciativas não devem substituir as estratégias voltadas ao fortalecimento dos sistemas tradicionais de produção de alimentos.

Ao contrário, políticas públicas efetivas devem priorizar a proteção dos territórios indígenas, o incentivo às atividades produtivas tradicionais, a promoção da agroecologia, a valorização da biodiversidade e o apoio técnico às iniciativas comunitárias de produção de alimentos. Essas medidas contribuem para recuperar e fortalecer a autonomia produtiva das comunidades, ampliando o acesso a alimentos culturalmente adequados e reduzindo a dependência de produtos provenientes do mercado externo.

Conforme afirma a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2020):

A segurança alimentar sustentável somente pode ser alcançada quando associada ao fortalecimento da autonomia produtiva, da diversidade alimentar e da participação das comunidades na gestão de seus próprios sistemas alimentares. Essa perspectiva pressupõe assegurar condições para que os povos indígenas mantenham e revitalizem suas práticas tradicionais de produção, obtenção, preparo e compartilhamento dos alimentos, respeitando suas especificidades culturais e territoriais (FAO, 2020, p. 287).

No âmbito da assistência à saúde, a Atenção Primária à Saúde e o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena desempenham papel estratégico na prevenção do nutricídio e na promoção de modos de vida saudáveis. As equipes multiprofissionais devem desenvolver ações contínuas de vigilância alimentar e nutricional, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, prevenção das doenças crônicas não transmissíveis, incentivo ao aleitamento materno, promoção da alimentação adequada e monitoramento dos fatores de risco relacionados às transformações dos padrões alimentares.

Nesse contexto, torna-se evidente que o enfrentamento do nutricídio ultrapassa os limites das intervenções nutricionais e sanitárias, exigindo uma abordagem estrutural fundamentada na proteção territorial, na valorização da cultura alimentar, na promoção da soberania alimentar e no fortalecimento da autonomia política dos povos indígenas.

No caso do povo Karajá Xambioá, a preservação do território tradicional, a recuperação dos sistemas alimentares ancestrais, o fortalecimento da pesca, das roças tradicionais e das sementes crioulas, associados à atuação integrada das políticas públicas e dos serviços de saúde, constituem elementos indissociáveis para a reconstrução das condições que historicamente garantiram sua segurança alimentar e sua qualidade de vida.

Dessa forma, sustenta-se que o enfrentamento do nutricídio depende não apenas de ações voltadas ao controle das doenças relacionadas à alimentação, mas sobretudo da valorização da cultura alimentar indígena, da proteção dos territórios tradicionais e do reconhecimento do direito dos povos originários de definir, preservar e fortalecer seus próprios sistemas alimentares, assegurando às gerações presentes e futuras a continuidade de seus conhecimentos, de sua identidade e de sua existência coletiva.

RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados desta revisão evidenciam que as transformações no sistema alimentar do povo Karajá Xambioá não constituem fenômeno isolado nem podem ser

compreendidas exclusivamente como mudanças espontâneas nos hábitos de consumo. A literatura analisada aponta para um processo histórico de colonialidade alimentar, marcado pela progressiva ruptura das relações entre território, cultura, produção de alimentos e reprodução da vida coletiva. Nesse contexto, práticas tradicionalmente sustentadas pela pesca, pelas roças indígenas, pela caça, pela coleta de frutos nativos e pelo manejo dos recursos naturais passaram a ser afetadas pela redução territorial, pelas pressões econômicas e pela crescente inserção das comunidades nas dinâmicas do mercado regional.

A limitação do acesso aos territórios tradicionais produziu consequências que ultrapassam a dimensão ambiental, atingindo diretamente a disponibilidade e a diversidade dos alimentos consumidos pelas famílias indígenas. A redução das áreas destinadas à pesca, ao cultivo e à coleta comprometeu práticas historicamente responsáveis pela sustentação do sistema alimentar, contribuindo também para o enfraquecimento das formas comunitárias de produção. Dessa maneira, território e alimentação revelam-se dimensões indissociáveis, uma vez que as restrições impostas ao primeiro repercutem diretamente sobre a autonomia alimentar, a organização social e a continuidade dos conhecimentos ecológicos tradicionais.

Nesse processo, verificou-se também o enfraquecimento da transmissão intergeracional dos conhecimentos relacionados à alimentação. A diminuição das atividades tradicionais reduz as oportunidades de aprendizagem sobre cultivo das roças, conservação de sementes, técnicas de pesca, reconhecimento das espécies vegetais e preparo dos alimentos culturalmente utilizados. A transformação do sistema alimentar, portanto, não compromete somente a qualidade nutricional da dieta, mas alcança o patrimônio cultural e os mecanismos pelos quais conhecimentos, práticas e valores são transmitidos entre as gerações.

Paralelamente, os estudos analisados demonstram crescente dependência de alimentos adquiridos nos centros urbanos próximos às aldeias, acompanhada pela substituição gradual da produção comunitária pelo consumo mercantil. Essa dinâmica reduz a autonomia das famílias, amplia sua vulnerabilidade às condições econômicas externas e modifica as formas tradicionais de obtenção e compartilhamento dos alimentos. A colonialidade alimentar estabelece, assim, condições estruturais para uma transição alimentar que não decorre exclusivamente de escolhas individuais, mas de mudanças territoriais, econômicas e socioculturais que condicionam as possibilidades de produção e consumo.

Uma das manifestações mais evidentes dessa transição corresponde à crescente incorporação de alimentos ultraprocessados, como refrigerantes, bebidas

açucaradas, biscoitos, embutidos, macarrão instantâneo, doces e salgadinhos, em substituição a peixes, raízes, frutos, hortaliças e outros alimentos tradicionalmente obtidos no território. Esse processo modifica a composição nutricional da dieta, aumentando a exposição a produtos de elevada densidade energética e ricos em açúcares livres, sódio e gorduras, ao mesmo tempo em que reduz a participação de alimentos culturalmente vinculados aos modos tradicionais de vida.

A substituição alimentar também repercute sobre a diversidade da dieta, reduzindo a variedade de alimentos e comprometendo a oferta de fibras, vitaminas, minerais e outros nutrientes essenciais. Simultaneamente, amplia-se a dependência de produtos provenientes de fora dos territórios indígenas, produzindo vulnerabilidade econômica e insegurança alimentar. Desse modo, a disponibilidade quantitativa de alimentos não significa necessariamente segurança alimentar, sobretudo quando as comunidades perdem progressivamente a capacidade de decidir o que produzir, como produzir e quais alimentos incorporar às suas práticas cotidianas.

A síntese desses resultados permite interpretar tais transformações por meio do conceito de *nutricídio*, proposto neste estudo como categoria analítica para designar a deterioração estrutural dos sistemas alimentares indígenas associada aos processos históricos de colonialidade alimentar.

Para a Organização Pan Americana de Saúde (2020):

O conceito expressa mais do que a substituição de alimentos tradicionais por produtos ultraprocessados, pois envolve simultaneamente a redução da soberania alimentar, da autonomia produtiva, da diversidade nutricional e da continuidade dos conhecimentos culturais relacionados à alimentação. Nessa perspectiva, o *nutricídio* articula dimensões territoriais, culturais, econômicas, nutricionais e sanitárias em um mesmo processo de transformação (OPAS, 2020, p. 312).

As repercussões desse processo tornam-se particularmente evidentes na mudança do perfil epidemiológico das populações indígenas. A literatura demonstra a coexistência de doenças infecciosas e carências nutricionais historicamente presentes com o crescimento das doenças crônicas não transmissíveis, caracterizando uma complexa transição epidemiológica. Entre os agravos identificados destacam-se diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica, obesidade, doenças cardiovasculares e doença renal crônica, condições relacionadas a múltiplos determinantes, entre os quais se encontram as mudanças alimentares e a redução das atividades físicas tradicionalmente incorporadas ao cotidiano comunitário.

Ao mesmo tempo, permanecem agravos relacionados às carências nutricionais, incluindo anemia, deficiência de micronutrientes e desnutrição infantil. A coexistência desses problemas com obesidade e alterações metabólicas caracteriza a dupla carga da má nutrição, demonstrando que a incorporação de alimentos industrializados não eliminou deficiências nutricionais historicamente existentes. Assim, excesso de consumo energético e insuficiência de nutrientes podem ocorrer simultaneamente dentro das comunidades e até das mesmas famílias, ampliando a complexidade das demandas direcionadas aos serviços de saúde indígena.

Outro aspecto identificado refere-se ao crescimento de alterações metabólicas associadas à obesidade abdominal, hipertensão, distúrbios glicêmicos e dislipidemias, aumentando os riscos cardiovasculares e renais. Esse cenário modifica as necessidades assistenciais das populações indígenas e exige dos serviços de saúde maior capacidade para desenvolver ações permanentes de prevenção, vigilância e acompanhamento das doenças crônicas. As transformações alimentares produzem, portanto, repercussões que ultrapassam o consumo individual e alcançam a própria organização das estratégias de atenção à saúde.

Os resultados também indicam que os impactos da desestruturação alimentar possuem dimensões socioculturais importantes. A perda da autonomia na produção dos alimentos, o enfraquecimento das práticas coletivas e a redução das atividades relacionadas à pesca, às roças e à coleta podem comprometer vínculos comunitários e processos de construção identitária. Embora a relação entre transformação alimentar e saúde mental ainda demande maior aprofundamento científico, a literatura analisada permite reconhecer que alimentação, território, identidade e bem-estar coletivo permanecem profundamente articulados na organização da vida dos povos indígenas.

De maneira integrada, os achados demonstram que a crise alimentar vivenciada pelo povo Karajá Xambioá não pode ser reduzida a mudanças individuais de comportamento ou à simples incorporação de novos produtos à dieta. Trata-se de um processo relacionado à desestruturação dos sistemas alimentares tradicionais, à dependência econômica, às transformações territoriais e à emergência de novos padrões de adoecimento.

Nesse sentido, o nutricídio constitui uma categoria analítica capaz de articular essas diferentes dimensões e ampliar a compreensão dos determinantes sociais da saúde indígena, evidenciando a necessidade de estratégias fundamentadas na proteção territorial, na valorização dos alimentos tradicionais, no fortalecimento da

soberania alimentar e no protagonismo dos povos indígenas na definição de seus próprios sistemas de produção, alimentação e cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o processo de transformação dos sistemas alimentares do povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá), discutindo de que maneira a colonialidade alimentar tem contribuído para a ruptura das práticas alimentares tradicionais e para as mudanças observadas no perfil epidemiológico indígena. A partir da revisão narrativa da literatura, buscou-se compreender como a substituição progressiva dos alimentos tradicionalmente produzidos no território por produtos ultraprocessados repercute simultaneamente sobre a saúde, a cultura, a autonomia alimentar e os modos de vida das comunidades indígenas.

A análise dos estudos indica que a transformação dos sistemas alimentares indígenas não pode ser atribuída exclusivamente a mudanças individuais nos hábitos de consumo ou à simples incorporação de novos produtos ao cotidiano das comunidades. A literatura aponta sua associação com processos mais amplos, como restrições territoriais, degradação ambiental, crescente inserção das aldeias na economia de mercado e enfraquecimento das práticas tradicionais de pesca, agricultura, caça e coleta. Nesse contexto, observa-se uma reorganização das formas de produção, acesso e consumo dos alimentos, acompanhada pela redução da diversidade alimentar e pela crescente presença de produtos ultraprocessados na dieta.

Essas mudanças produziram profunda reorganização das formas de produção, acesso e consumo dos alimentos, favorecendo a substituição da diversidade alimentar anteriormente existente por uma dieta progressivamente baseada em alimentos ultraprocessados, de reduzida qualidade nutricional e elevada densidade energética.

Os achados também apontam para mudanças relevantes no perfil epidemiológico das populações indígenas, caracterizadas pela coexistência entre doenças crônicas não transmissíveis e agravos relacionados às carências nutricionais. Esse cenário configura a denominada dupla carga da má nutrição, evidenciando que a crescente incorporação de alimentos industrializados e ultraprocessados ocorre paralelamente à permanência de situações de deficiência nutricional e insegurança alimentar.

Entretanto, diante da limitada disponibilidade de estudos epidemiológicos específicos sobre o povo Karajá Xambioá, essas relações devem ser interpretadas com

cautela, evitando-se estabelecer causalidades diretas que não foram demonstradas empiricamente para essa população.

Esse cenário caracteriza a denominada dupla carga da má nutrição, revelando que a expansão dos alimentos industrializados não eliminou as carências nutricionais historicamente presentes nas comunidades indígenas, mas passou a coexistir com elas, ampliando significativamente a complexidade dos desafios enfrentados pelos serviços de saúde e pelas políticas públicas voltadas aos povos originários.

A principal contribuição teórica deste estudo consiste na proposição do *nutricídio* como categoria analítica para interpretar processos de deterioração estrutural dos sistemas alimentares indígenas. Diferentemente de uma abordagem restrita à transição nutricional, essa categoria busca articular as mudanças nos padrões alimentares a processos históricos de colonialidade, transformação territorial, dependência econômica, redução da autonomia produtiva e enfraquecimento dos conhecimentos tradicionais.

Nessa perspectiva, o *nutricídio* caracteriza-se como um processo contínuo que compromete simultaneamente a saúde, a soberania alimentar, a autonomia produtiva e a continuidade dos conhecimentos tradicionais relacionados à alimentação, ampliando a compreensão dos determinantes sociais da saúde indígena.

Sob o ponto de vista científico, os resultados reforçam a necessidade de superar abordagens biomédicas restritas ao tratamento das doenças decorrentes da alimentação inadequada. O enfrentamento do *nutricídio* exige estratégias intersetoriais que articulem políticas de saúde, segurança alimentar, proteção ambiental, valorização cultural e garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas.

No campo das políticas públicas, os resultados reforçam a importância de estratégias intersetoriais que articulem proteção territorial, fortalecimento da soberania alimentar e atenção intercultural à saúde indígena. Tais iniciativas devem reconhecer os sistemas alimentares tradicionais como componentes da promoção da saúde e da continuidade sociocultural, assegurando a participação efetiva dos povos indígenas na formulação, execução e avaliação das ações que incidem sobre seus territórios, práticas alimentares e condições de vida.

Embora a pesquisa tenha possibilitado construir uma interpretação abrangente das relações entre colonialidade alimentar, transformações dos sistemas alimentares e mudanças epidemiológicas, algumas limitações devem ser reconhecidas. Por tratar-se de uma revisão narrativa, os resultados dependem da disponibilidade, qualidade e abrangência das produções científicas existentes, sendo

ainda reduzido o número de estudos especificamente direcionados ao povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá).

Outra limitação refere-se à necessidade de utilizar, para fins de contextualização e comparação, evidências produzidas com diferentes povos indígenas brasileiros, cujos contextos territoriais, culturais e epidemiológicos não podem ser automaticamente generalizados para a população investigada.

O nutricídio constitui uma proposição teórica desenvolvida neste estudo e, portanto, necessita ser aprofundado e confrontado com evidências empíricas produzidas em diferentes realidades indígenas. Essas limitações não invalidam sua potencial contribuição analítica, mas indicam a necessidade de pesquisas capazes de examinar criticamente sua aplicabilidade, seus limites conceituais e sua capacidade de interpretar diferentes processos de transformação alimentar.

Recomenda-se que futuras investigações desenvolvam estudos etnográficos, epidemiológicos, nutricionais e participativos junto ao povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá), buscando compreender com maior profundidade as especificidades locais das transformações alimentares, da insegurança alimentar e das mudanças observadas nas condições de saúde. Especial atenção deve ser destinada a pesquisas construídas com a participação das próprias comunidades, incorporando suas percepções sobre alimentação, território, saúde, memória cultural e estratégias de fortalecimento dos sistemas alimentares tradicionais.

Também se mostra relevante investigar padrões de consumo alimentar, indicadores nutricionais, prevalência de doenças crônicas, disponibilidade de alimentos tradicionais e iniciativas comunitárias relacionadas à soberania alimentar. Estudos comparativos com outros povos indígenas poderão contribuir para analisar a aplicabilidade do conceito de nutricídio em diferentes contextos territoriais e socioculturais, preservando, contudo, as especificidades históricas e culturais de cada população.

Conclui-se, portanto, que as transformações alimentares relacionadas ao povo Karajá do Norte (Karajá Xambioá) não devem ser interpretadas exclusivamente como consequência da modernização dos hábitos alimentares, mas compreendidas no contexto mais amplo das transformações territoriais, econômicas, culturais e sociais que incidem sobre os povos indígenas.

Nesse sentido, o nutricídio, enquanto categoria analítica proposta neste estudo, apresenta potencial para interpretar a deterioração estrutural dos sistemas alimentares indígenas em sua articulação com colonialidade, soberania alimentar, território e saúde. Sua consolidação conceitual, entretanto, requer o desenvolvimento

de pesquisas empíricas e participativas que incorporem as experiências e perspectivas dos próprios povos indígenas, ampliando as possibilidades de compreensão e enfrentamento das transformações contemporâneas de seus sistemas alimentares.

REFERÊNCIAS

BALDONI, Nayara Ragi et al. Prevalence of overweight and obesity in the adult indigenous population in Brazil: a systematic review with meta-analysis. **Diabetes & Metabolic Syndrome: Clinical Research & Reviews**, v. 13, n. 3, p. 1705-1715, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.dsx.2019.03.024>. Acesso em: 30 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 30 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 1 out. 2026.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 103-120, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984724616322015103>. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616322015103>. Acesso em: 30 set. 2026.

BURLINGAME, B.; DERNINI, S. (Orgs.). **Sustainable Diets and Biodiversity: Directions and Solutions for Policy, Research and Action**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2012. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3004e/i3004e00.htm>. Acesso em: 30 set. 2026.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2000.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020**. Rome: FAO, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4060/ca9692en>. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca9692en>. Acesso em: 30 set. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KARAJÁ, Adriano Dias Gomes. Aspectos territoriais e culturais do povo Karajá-Xambioá. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais...** São Luís: AGB, 2016.

KRAMER, C. K. et al. The impact of urbanisation on the cardiometabolic health of Indigenous Brazilian peoples: a systematic review and meta-analysis, and data from the Brazilian Health Registry. **The Lancet**, London, v. 400, n. 10368, p. 2074-2083, 2022. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00625-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00625-0). Acesso em: 30 set. 2026.

KUHNLEIN, Harriet V.; ERASMUS, Bill; SPIGELSKI, Dina (Org.). **Indigenous peoples' food systems: the many dimensions of culture, diversity and environment for nutrition and health**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations; Centre for Indigenous Peoples' Nutrition and Environment, 2009. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i0370e/i0370e00.htm>. Acesso em: 30 set. 2026.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVvk/>. Acesso em: 30 set. 2026.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. **Public Health Nutrition**, Cambridge, v. 22, n. 5, p. 936-941, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/S136898001800376X>. Acesso em: 30 set. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2008.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Alimentos e bebidas ultraprocessados na América Latina: tendências, efeito sobre obesidade e implicações para políticas públicas**. Brasília: OPAS, 2020.

POPKIN, Barry M. The nutrition transition in the developing world. **Development Policy Review**, Oxford, v. 21, n. 5-6, p. 581-597, 2003. Disponível em: [researchgate.net/publication/4747238_The_Nutrition_Transition_in_the_Developing_World](https://www.researchgate.net/publication/4747238_The_Nutrition_Transition_in_the_Developing_World). Acesso em: 30 set. 2026.

POSEY, D. A. Indigenous Knowledge and Development: An Ideological Bridge to the Future. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 35, n. 7, p. 877-894, 1987.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://bibliotecaclacso.edu.ar/ar/libros/lander/quijano.pdf>. Acesso em: 30 set. 2026.

SOUZA FILHO, Zilmar Augusto de et al. Hypertension prevalence among indigenous populations in Brazil: a systematic review with meta-analysis. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 49, n. 6, p. 1012-1022, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000600019>. Acesso em: 30 set. 2026.